

PERSPECTIVA E PROSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

VAMIREH CHACON

Raizes da perspectiva

Existem tantas tentativas de interpretação sociológica do Desenvolvimento brasileiro, apesar das experiências analisadas serem talvez demasiado contemporâneas, que nos animamos também ao mesmo risco, inclusive porque nos parece oportuno propor alguns novos enfoques, embora sem interesses polêmicos.

Não cabe, aqui, a discussão em torno das origens últimas da Teoria do Desenvolvimento. Enquanto realidade, este vinha se processando há muito tempo, só depois apreendido em categorias metodológicas. Quando Adam Smith intitulava sua obra máxima *Uma indagação acerca da natureza e causas da riqueza das nações*, concentrava-se não apenas no aspecto estático, abordado desde pelo menos os mercantilistas, quanto principalmente na dinâmica do processo de enriquecimento, o que constituía uma novidade.

Mas seria Joseph Schumpeter quem enfrentou, pela primeira vez, o tema na sua intimidade, com a *Teoria do Desenvolvimento econômico* em 1911. Nas palavras de um dos seus críticos, para ele o Desenvolvimento foi, pela primeira vez, "uma área especializada de análise econômica". (1)

Conforme se sabe, Schumpeter também é o pioneiro na distinção entre Desenvolvimento ("Entwicklung") e Crescimento ("Wachstum"), desde aquele remoto ano, ao apontar as implicações qualitativas de um e as quantitativas do outro, sutil diferença rica de conclusões a serem sacadas por várias gerações de estudiosos, em seguida.

O Desenvolvimento consistiria na realização de “inovações” econômicas: introdução de novos bens ou novas qualidades nos bens já existentes; introdução de novos métodos de produção; obtenção de novos mercados; conquista de novas fontes de matérias-primas e constituição de novas organizações econômicas, quebrando ou estabelecendo monopólios.

Compete ao empresário (“Unternehmer”) o papel de catalizador destas combinações. (2)

Schumpeter estava tão cômico do interrelacionamento deste mundo econômico diante do Mundo social e histórico em geral, que chegou a escrever um volume de ensaios sociológicos, lamentavelmente pouco conhecido por parte tanto dos economistas quanto dos sociólogos. (3)

As etapas do processo

A atividade econômica no Brasil começa pela exploração predatória, na primeira metade do século inicial da nossa formação, durante o chamado ciclo das madeiras nobres. Logo em seguida surge a atividade colonizadora, quando se efetua o trânsito da mera exploração comercial à implantação da empresa agrícola, inserindo-nos na Revolução Comercial do Renascimento, da qual somos um dos principais resultados, ao mesmo tempo que principiamos a ter fisionomia própria. (4)

Não vamos, no momento, fixar-nos na gênese deste rosto sócio-histórico da Brasilidade. O tema se viu abordado, com grande riqueza de sugestões, por Capistrano de Abreu, Oliveira Lima, Oliveira Viana, Gilberto Freyre e por outros mestres da nossa Historiologia Social. Concentremo-nos na análise do organismo nascido e, então, com vida própria.

De início tivemos de *pagar* nossa entrada no convívio mundial, inclusive ressarcir Portugal pela Independência brasileira, através de £ 2.280.600. Só em 1859, pudemos contrair o primeiro empréstimo com fins reprodutivos, para construir a Estrada de Ferro D. Pedro II, depois Central do Brasil. O crescimento desordenado, às vezes mesmo caótico, esvalou em colapsos nos anos de 1835, 1851, 1857 e 1864, quando a Bolsa e os recursos externos não conseguiram mobilizar o volume de recursos por nós necessitados para a contínua expansão.

Um dos relatórios da época, redigido pela comissão oficial para averiguar as causas da última e maior das crises econômicas do Império, registrava que a década de 1831 a 1840 bem servia de amostra, com suas “pressões, pânico e crises em muitas partes e praças do Império”. (5) O que não constituía novidade diante de modelos anteriores de Desenvolvimento, em relação aos quais se operava nosso mimetismo. O mais grave era, já então, o aprofundamento de dependências externas e de disparidades internas, horizontais e verticais,

quando não faltavam vozes advertindo contra estes perigos: Mauá, Teófilo Ottoni, Mariano Procópio, Henrique Milet, Joaquim Nabuco, entre muitos.

A industrialização brasileira acelera a sua decolagem principalmente a partir das duas guerras mundiais. (6) Entre todos os pioneiros se destacara Mauá, falido sobretudo po falta de capital de giro, enquanto causa imediata, sofrendo a incompreensão de um melo colonizado, de fora para dentro, em suas fontes de recursos, e ainda colonial na sua perspectiva mimética de encarar os problemas, com os óculos das matrizes. Num tal panorama, Mauá aparecia insólito e, por consequência, incompreendido e desajudado.

O processo de substituição das importações remonta a décadas mais antigas que aquelas influenciadas pela CEPAL, cuja contribuição específica reside na racionalização de um processo anterior e brotando das circunstâncias objetivas.

A função do Estado

O Estado brasileiro pode ter sido cartorial na distribuição dos benefícios do Desenvolvimento, porém contribuiu, mais que qualquer outro fator, para sua concretização. Entre nós o empresário schumpeteriano-weberiano desempenhou papel secundário, por maior que fosse a projeção de alguns. Coube ao Estado não só preparar a infra-estrutura convidativa ao Desenvolvimento, quanto também desenca-deá-lo mediante a compulsória mobilização dos recursos, através da sua rede fiscal e mesmo creditícia.

Neste quadro surge típico o comportamento do Banco do Brasil.

Nascido coberto de privilégios — entre os quais sobressalam o curso forçado dos seus títulos de crédito e o monopólio do tráfico de diamantes, pau-brasil, marfim e urzela, além de constituir-se ao único “depósito judicial ou extra-judicial de prata, ouro, jóias e dinheiro” — o Banco do Brasil visou, desde o início, buscar para o Estado os recursos que lhe faltavam, vez que o Real Erário não podia “realizar os fundos de que depende a manutenção da Monarquia e o bem comum dos meus fiéis vassalos”, nas palavras de Dom João VI. Ou, noutras mais objetivas, escritas por um dos seus historiadores: “O Banco foi fundado para fornecer papel-moeda, embora se dissesse, por vezes, o contrário, e mesmo se supusesse o contrário, de boa-fé”. (7) Daí o recurso às emissões, quando faltava a poupança interna ou não chegavam as inversões e os empréstimos exteriores.

Portanto, não é de surpreender o peso que o Estado foi adquirindo no processo produtivo da riqueza nacional, podendo o empresário considerar-se uma espécie de concessionário dos setores de serviço público, onde não convém a aquele o exercício. Sem as isenções fiscais, crédito e infra-estrutura possibilitadas pelo Estado, murcharia a ação empresarial privada, mesmo sem desapropriação.

Alguém poderia replicar que se trata de fenômeno universal (8), porém o Brasil trouxe contribuição própria e fundamental a esta sistemática. Daí a crescente importância do Estado num contexto histórico em que a iniciativa individual não faltou, ao tempo dos donatários e bandeirantes, e sim que não conseguiu ser canalizada através de instituições abertas e estimulantes à competição, à maneira doutros países, onde a Reforma Protestante e a Revolução Comercial propiciaram uma colaboração mais íntima entre ímpeto pessoal e incentivo estatal.

Daí o crescente peso da participação do Estado no processo gerador de renda, por mais que às vezes se descentralize e delegue suas funções econômicas.

Um exame mais acurado comprova ser o Brasil um dos países onde mais se registra a presença estatal no processo gerador de riqueza nacional, entre as nações onde se poderia supor maior a iniciativa privada nos meios de produção. É o que se constata no quadro abaixo:

*Despesa do Governo em geral e do Governo central (ou federal)
em % da despesa interna bruta*

Países	Governo em geral	Governo central (ou federal)	Gov. central + Governo em geral
Grã-Bretanha	31,1	28,4	91,2
Suécia	35,1	24,4	69,5
Holanda	33,9	22,6	66,7
Brasil	29,0	17,2	59,3

Nesta enumeração, "A Amplitude do Setor Público é medida pela relação despesa pública/despesa nacional bruta". E ao setor público, propriamente dito, foram adicionadas "as empresas de economia mista, sob o controle do governo federal, considerando suas despesas de custeio, inclusive o consumo intermediário, a formação de capital fixo e a variação líquida de estoques".

Vê-se assim, mais uma vez na prática, a superação do maniqueísmo da oposição incondicional entre iniciativa privada e intervenção estatal. A objeção levantável, contra os resultados da experiência, poderia concentrar-se, isto sim, na distribuição da renda oriunda do processo, tema que será abordado mais adiante.

Por outro lado, reconheçamos não ser das maiores a carga tributária indispensável para o sustento daquela despesa, conforme ressalta no quadro em seguida:

Carga tributária bruta e líquida em diversos países em % do Produto Interno Bruto

Países	Carga tributária bruta (a)	Carga tributária líquida (b)
Suécia	35,2	13,3
Holanda	31,8	20,2
Grã-Bretanha	30,7	21,4
Brasil	21,2	13,4

Para fixação dos parâmetros, convencionou-se ser "a) a carga tributária bruta, medida pela relação tributos arrecadados/Produto Interno Bruto; b) a carga tributária líquida, índice que exclui da tributação os subsídios e as transferências correntes para consumidores. Este último conceito permite visualizar o grau de redistribuição da renda efetuada pelo Governo indicando ainda a renda disponível para o custeio das suas atividades e para a formação de capital". (9)

Resultados do esforço

Não podem ser negados os resultados também positivos do esforço.

Afinal de contas, o Brasil não vive sozinho, num Mundo mais do que nunca empenhado na competição em torno da multiplicação da riqueza e concentração do Poder.

Apesar de todas limitações e contradições, nosso país vem se tornando, rapidamente, uma sociedade nacional, na forma, e industrial, urbana, secular, pluralista solidária e planetária no seu conteúdo.

Logo de saída insistamos: o Brasil não é mais, nem basicamente, nem do ponto de vista de predominância, um país agrário. Sobretudo após a II Guerra Mundial, intensifica-se a participação do setor secundário no Produto Interno Bruto, na seguinte proporção, em termos de valor monetário:

1947	17,8%
1949	19,1%
1955	22,9%
1959	27,2%
1966	29,2%

(10).

E, quanto à sua estrutura interna, o referido Produto Industrial pode receber a seguinte subdivisão, ainda numa proporção em dinheiro:

	1949 (%)	1959 (%)	1966 (%)
	4,2	3,3	2,2
	2,0	2,2	1,7
Grupo I	1,3	1,1	0,9
Indústrias	20,0	12,0	11,0
	4,3	3,6	3,2
tradicionais	20,5	16,6	13,0
	4,4	2,9	2,3
	1,3	1,3	1,2
	4,0	3,0	2,4
	1,5	1,6	1,6
	63,5	47,6	39,5

		1949 (%)	1959 (%)	1966 (%)
Grupo II Indústrias básicas	minerais não-metálicos	7,2	6,7	5,6
	papel e papelão	2,2	3,1	2,6
	borracha	1,9	2,3	2,6
	química	9,9	13,5	17,4
	metalúrgica	9,4	11,9	13,2
		30,6	37,5	41,4
Grupo III Indústrias de maior requinte	mecânica	2,1	3,5	4,0
	material elétrico e de comunicação	1,6	3,9	6,8
	material de transporte	2,2	7,5	8,2
		5,9	14,9	19,0

(11)

No último quadro podemos constatar a relativa diminuição das indústrias tradicionais, maiores absorvedoras de mão-de-obra e com inferior tecnologia, ao mesmo tempo que crescem, em rápida proporção, tanto as indústrias básicas quanto as de mais requinte. Algumas destas apresentam índices muito animadores, em especial, tais como a química, a metalúrgica e a de material elétrico e comunicação. O que não implica em prognósticos pessimistas para as outras, inclusive tradicionais, quando se conhece a capacidade do fluxo circular do capital e do *know-how* volver, enriquecido, ao seu ponto de partida, reanimando-o e expandindo-o.

Dá ser possível, já agora, comparar a estrutura do Produto Industrial Manufatureiro do Brasil com o de certas nações, entre as mais industrializadas do Mundo, à maneira da Itália, apesar de nos faltarem as vantagens do Mercado Comum da Europa Ocidental, de novo em valor monetário:

Categorias	Itália (%)	Brasil (%)
Alimentos	19,7	21,0
Vestuário, calçados e têxtil	15,3	14,0
Madeira e mobiliário	4,6	4,0
Papel e papelão	1,7	2,4
Borracha	0,5	2,0
Couros e peles	1,5	0,8
Química	13,8	16,6
Minerais não-metálicos	4,5	5,2
Produtores de metal	8,2	11,2
Usuários de metal	26,9	19,4
Diversos e editorial	3,4	3,4
Grupo I	44,4	43,2
Grupo II A	28,7	37,4
Grupo II B	26,9	19,4

(12)

Claro que semelhante comparação, se estendida a outras nações mais industrializadas, não esgota o assunto, dada a permanência de alguns problemas fundamentais, entre eles a maior dependência da nossa industrialização diante do *know how* externo, ou a persistente

inferioridade tecnológica dos nossos produtos diante doutros oriundos de indústrias mais sofisticadas, ou mesmo o grande peso residual da nossa agricultura incipiente e defasada em relação aos demais setores. Porém nada disto invalida a certeza da renovação profunda que se opera na industrialização brasileira, a qual, cedo ou tarde, criará as condições para uma redistribuição mais equitativa dos benefícios do Desenvolvimento, concedida ou arrancada.

Contanto que não capitulemos diante do derrotista pólo oposto ao do Ufanismo, naquele diálogo de surdos, que poderia ter-se travado entre Paulo Prado e Afonso Celso, seus extremos antagonísticos. (13)

Pois a industrialização brasileira começa a dar sinais de estar se tornando auto-propulsionada, conforme se vê na tabela em seguida, a respeito da participação relativa do tipo de bens na estrutura do Produto Industrial Manufaturado em nosso país, pelo critério de volume físico:

Usos	1949 (%)	1955 (%)	1959 (%)	1966 (%)
Bens de capital	5,2	5,7	12,0	11,7
Bens intermediários	32,0	34,2	34,7	40,1
Bens de consumo durável	7,2	9,5	9,4	13,3
Bens de consumo não-durável	55,6	50,6	43,9	35,1

Ou pelo critério de valor em dinheiro:

Bens de capital	4,1	5,3	11,4	11,3
Bens intermediários	26,2	30,4	30,7	36,8
Bens de consumo durável	4,5	5,6	8,3	12,5
Bens de consumo não-durável	65,2	58,7	49,6	39,4

(14)

Ai estão, mais uma vez, os indícios positivos dos resultados da industrialização do Brasil, com o crescimento, em volume físico e valor econômico, dos bens de capital, portanto reprodutivos, ao lado de conseqüente elevação do consumo de bens duráveis e simultânea queda na importância nos não-duráveis, enquanto os bens intermediários mantêm um certo equilíbrio. A industrialização firma-se, tornando-se irreversível. O país consoma a decolagem e principia a encetar sua marcha rumo à maturidade que virá, tanto mais depressa, quanto formos capazes de superar as insuficiências estruturais já apontadas e os desequilíbrios internos horizontais e verticais, também existentes noutras áreas (Itália, França e mesmo nos Estados Unidos) e assim capazes, de algum modo, a incentivar novos saltos pela gravidade do seu desafio. O próprio balanço de pagamentos pode ser equilibrado, mediante opções dentro de critérios de prioridades econômicas e sociais nas exportações e importações.

O ritmo e a profundidade da industrialização teriam de repercutir, de modo inevitável, na expansiva urbanização do país, nos últimos tempos com sua população concentrando-se cada vez mais nas

idades, numa tendência coincidente com a industrialização noutras épocas e países.

Com efeito, eis o quadro da distribuição demográfica do Brasil, segundo a localização urbana e rural, nas últimas décadas (15):

Data do censo	população urbana		população rural		população total	
	Absoluta	%	Absoluta	%	Absoluta	%
1940	12.880.182	31,24	28.356.100	68,76	41.236.300	100,00
1950	19.035.100	36,16	33.606.200	63,84	52.641.300	100,00
1960	32.003.300	45,08	38.989.000	54,92	70.992.300	100,00
1970 (*)	52.905.900	55,98	41.602.700	44,02	94.508.600	100,00
1980 (**)	80.670.000	65,21	43.030.000	34,79	123.700.000	100,00

(*) Resultados preliminares.

(**) Projeções.

Lembre-se, de passagem, que o critério oficial do IBGE, aqui adotado, é considerar urbana a população de cidade (sede de município) ou vila (sede de distrito) do país, qualquer que seja a importância numérica desta população. O que se nos afigura válido, dada a tendência estatal de concentrar nas respectivas sedes a infra-estrutura de serviços mínimos. Tal se apresenta, por exemplo, o caso do GERAN (Grupo Executivo de Racionalização da Agro-Indústria do Açúcar do Nordeste), que vem se esforçando em agrupar as populações camponesas em agrovilas, dentro das usinas, e em agrópolis, fora delas à maneira ocorrida empiricamente nas regiões canavieiras do Estado do Rio de Janeiro e em São Paulo, com repercussões muito positivas na produtividade e na vida comunitária dos trabalhadores rurais.

Se a urbanização acarreta outros problemas, sobretudo quando atinge proporções de megalópolis (poluição atmosférica, engarrafamento de trânsito etc.), isto não invalida a tendência em si, porém apenas seus extremos, capazes de superação quando as metrópoles passam a submeter-se a um processo de descentralização, não de volta ao campo e sim por cissiparidade, às vezes mesmo numa perspectiva urbana, segundo a chama Gilberto Freyre.

Pois o Desenvolvimento sempre partiu da cidade para o campo, desde tempos remotos, segundo Lewis Mumford demonstrou, até nossos dias de Revolução Industrial, no testemunho de Bert F. Hoselitz. (16) O provérbio medieval alemão, "Stadtluft macht frei" ("O ar urbano liberta"), confirma a consciência popular disto, há séculos. Nas cidades se mobiliza a poupança, oriunda inicialmente dos campos, onde a sua disseminada população se encontra para as trocas e os financiamentos. Da convergência nasce a concentração, demográfica e de renda.

Daí termina, aliás, repercutindo de volta nas áreas rurais, de mineração e de pesca, desde que só os países altamente industrializados dispõem de agricultura altamente rentável. Inclusive no Brasil, as áreas agrícolas com maior produtividade se localizam próximas aos

grandes centros industriais financiadores, fornecedores de equipamento e consumidores.

Sem otimismo panglossiano, reconhecamos, por outro lado, alguns riscos da concentração industrial urbana, com todas suas miragens e não só realidades.

Com efeito, assim se dividia a renda média familiar e *per capita* anuais, em 1961/62, a preços correntes:

Cidades	Renda média familiar (US\$)	Renda per capita (US\$)
São Paulo	3.781,00	922,00
Guanabara	3.576,00	966,00
Belo Horizonte	2.938,00	576,00
Salvador	2.378,00	457,00
Fortaleza	2.085,00	443,00
Recife	2.034,00	407,00

Se comparássemos, por exemplo, a renda *per capita* recifense com a pernambucana na mesma época, logo veríamos a superioridade daquela em mais de 1/4, apesar de todo o impacto da "inchação" migratória, fenômeno contrastando ainda mais com os casos extremos de maior concentração de riqueza na Guanabara e São Paulo. Some-se a isto a escassa multiplicação desta riqueza pelas cidades do interior, muito mais abundantes no Centro-Sul, e veremos a intensidade da concentração horizontal, em termos urbanos.

O desnível prolonga-se de cidades isoladas ao setor urbano, enquanto um todo, diante do campo, segundo se pode verificar abaixo, inserindo-se num próprio ritmo desigual de crescimento econômico:

*Renda Interna Bruta (em US\$ a preços de mercado em 1967)
per capita*

Ano	Brasil			Nordeste		
	setor primário	urbano	Total	primário	setor urbano	Total
1950	139	665	330	80,7	294	138
1960	169	689	403	111	307	178
1967	195	724	469	141	326	216

(18)

Só um esforço muito especial poderá incrementar o Desenvolvimento de sub-regiões predispostas, à maneira do Cariri, do Médio São Francisco, do Sul da Bahia, e de algumas outras. Industrialização tende a identificar-se com concentração. Ainda está em tempo de tentar-se um caminho que evite a repetição de dois Nordeste ainda mais

divididos, entre si pelas desigualdades, que os dois Brasis, apontados por Jacques Lambert. No caso nosso, através de enclaves limitados na sua capacidade irradiadora de fecundidade econômica, devido aos seus menores recursos e à tendência de diminuição dos incentivos externos, quando se espera que a região nordestina comece a adquirir um Desenvolvimento auto-propulsionado.

A tabela acima, e algumas anteriores, comprovam não ser o nosso país estritamente subdesenvolvido e sim em vias de desenvolvimento, com manchas desenvolvidas, apresentando uma problemática de maior complexidade que aquela relacionada com as áreas propriamente estagnadas na pobreza. O refrão do "Subdesenvolvimento" convida, de certo modo, ao comodismo, senão ao imobilismo, em simplistas circunstâncias inferiores. O nível de renda média *per capita*, e outros índices mais sofisticados aqui omitidos, demonstram encontrar-se o triângulo Rio/São Paulo/Belo Horizonte imerso num contexto mais próximo das áreas industrializadas que do resto do país. O quadro tende a repetir-se nos enclaves, em proporção decrescente.

Apesar de tudo, uma das provas básicas que os ecos da industrialização começam a chegar aos campos, está no crescimento também da produtividade agrícola e não só da mera produção, conforme se vê na tabela abaixo:

Índices do Produto Real segundo ramos de produtividade
(1949 = 100)

Anos	Indústria	Agricultura	Serviços	Produto real
1949	100,0	100,0	100,0	100,0
1950	111,3	101,3	107,1	106,5
1955	162,4	129,8	152,3	147,9
1960	261,4	156,1	209,4	205,7
1967	360,0	211,1	288,1	282,4

(19)

Se levarmos em conta os índices de expansão demográfica nos mesmos períodos (podendo-se obter a população de 1955 adicionando-se cerca de 1% anualmente desde 1950), verificar-se-á que, inclusive a produtividade agrícola, e respectivo consumo implícito, aumentam em proporção maior que o incremento de habitantes. Embora persista um inegável, porém compreensível, desnível diante da multiplicação da indústria, característica destas fases. Se levarmos em conta ainda o setor dos serviços, observaremos quase idêntico o desempenho da agricultura, o que demonstra sua vitalidade, apesar de todos os percalços.

Claro também que o desempenho variará muito de região para região, o que desemboca noutro problema mais amplo: o das contra-

dições horizontais no processo de Desenvolvimento, até mesmo estimulantes, na medida em que não rompem o equilíbrio interno do modelo. E as contradições horizontais não se localizam apenas na faixa agrícola, todos o sabemos.

Pode-se ir mais longe: discutir se a específica vocação do Nordeste, enquanto área dispere, seja a agrária. Quando identificamos o seu subsolo tão rico em minérios (magnésio e potassa e petróleo em Sergipe, sal-gema nas Alagoas, gipsita no Ceará e Pernambuco, além dos já conhecidos na Bahia, Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí e Maranhão), abrindo-lhe largas portas para a produção de soda cáustica, ácido sulfúrico etc., com todos seus derivados.

Simultaneamente sendo notórias as liimtações da agricultura nordestina, a qual, no caso típico da cana-de-açúcar, contribui inclusive para resguardar o solo da erosão tropical, com sua rede radicular de gramínea, não só trazendo as conhecidas desvantagens próprias às monoculturas sub-regionais.

Portanto, a industrialização e a urbanização, igualmente no Brasil, continuam os principais fatores de Crescimento e Desenvolvimento.

Secularização e Pluralismo

Esta sociedade industrial e urbana tendia, naturalmente, a secularizar-se. Bisava, em linhas gerais, o fenômeno ocorrido em muitas outras partes do Mundo, quando a mistura com os cultos "bárbaros" diluía os deuses domésticos dos romanos, por sua vez oficializados enquanto Igreja de Estado. A Religião da Urbe dissolveu-se no Orbe, passando a compor novas unidades de Cultura, numa cissiparidade multiplicadora.

A primeira Constituição brasileira (1824) dispunha, no seu artigo 5.º: "A religião catholica apostolica romana continuará a ser a religião do Imperio. Todas as outras religiões serão permittidas com seu culto domestico, ou particular, em casas para isso destinadas sem fôrma alguma exterior de templo."

O historiador Nilo Pereira demonstrou, muito bem, que nas palavras "continuará a ser" estava a chave do problema: sobrevivia, através delas, o Regalismo, aquela estranha proteção da Igreja por um Estado outrora piedoso, depois convertido ao Liberalismo. (20) A pretexto de o Governo corrigir os equívocos, inclusive morais, do Clero, tardou demasiado a separação, para prejuízo de ambas as partes e contradição maior dos liberais ainda apegados aos fantasmas do pretérito.

Noutra distinção sibillna, José Antônio Pimenta Bueno (Marquês de São Vicente), grande intérprete da Constituição imperial, tentava diferenciar "liberdade de consciência" e "liberdade de cultura", quan-

do este "não se encerra só no santuario do coração" e passa "a manifestar publicamente o seu pensamento, a sua crença", como se fosse possível separar, em compartimentos estanques, os níveis das opiniões. (21) Coube à primeira Constituição republicana (1891) cortar o nó górdio, no seu art. 72, "abolindo a *religião de Estado*" e proclamando "a Igreja livre paralela ao Estado livre", embora no sentido norte-americano de colaboração, diverso da orientação indiferente, ou hostil, de Cavour e Montalembert... (22) Com o que o Episcopado e seus defensores jurídicos passaram a entusiasmar-se, cansados da proteção-bumerangue do Estado...

É que, neste interím, crescera o Pluralismo na diversificação de crenças, a ponto de não mais se poder afirmar que não havia necessidade da liberdade do culto, "pois que felizmente ella (a católica) é a religião, senão de todos, pelo menos da quasi totalidade dos Brasileiros"... (23)

De qualquer modo, bem fez o Estado ao tornar-se laico, embora não laicista, o que implicaria numa nova confessionalidade, quando ele almejava ser neutro. O que não deixa de pressupor uma filosofia, diversa daqueles que afirmam ser o Pluralismo "um mal menor", pois "o erro não tem direitos"...

Pouco importa que mais de 2/3 da população brasileira se declare adepta de um determinado credo. A secularização quebrou as barreiras dos seus *ghettos*. Hoje o pluralismo religioso está consagrado, não mais se encontra no centro das discussões.

Trata-se de um avanço considerável que não deve, porém, iludirmos. Prossegue o perigo de crenças políticas, ideológicas e mesmo filosóficas tentarem converter-se em novos dogmas, reencenando o drama em proporções maiores, dada a crescente possibilidade do controle da Informática e dos meios de comunicação em massa. As advertências de Orwell, em 1984, e de Aldous Huxley, n'*O admirável mundo novo*, podem converter-se em proféticas caricaturas. Quando Mac Luhan propõe o trocadilho *the medium is the mass-age*, está promovendo o meio em *fim* autônomo, capaz de massificar, massageando a opinião pública e assim transformar-se na própria mensagem... Mas qual será esta, *em si*, e quem a está transmitindo *para que*? Eis as perguntas fundamentais.

Na fórmula célebre de Abraham Lincoln, a Democracia é o Governo do Povo pelo Povo e não só para o Povo; esta última proposição, unilateralmente desprendida, origina-se em Saint-Simon, daí influenciando Comte e dele repercutindo nos corifeus da nossa Primeira República, aliás com maior eco em Júlio de Castilho que Benjamin Constant. E de Júlio de Castilho prossequindo em Getúlio Vargas, um dos oradores no sepultamento do seu mestre, a cujo antepassado teórico (Comte) citava com freqüência, direta ou indireta, quando deputado estadual e federal.

A imaturidade política das grandes coletividades resolve-se na promoção da massa a Povo e nunca no sentido panurgiano oposto, capaz de dar frutos catastróficamente desumanos, conforme se viu na experiência nazista ou na stalinista, em seus maiores extremos respectivos. Embora não existam fórmulas perfeitas para os excessos serem contidos, dada a permanência da discussão em torno da Pluralidade, possível mesmo dentro do Monopartidarismo, bem como acerca do Monolitismo às vezes implícito na multiplicidade dos partidos, autônomos apenas em aparências.

O Pluralismo ressalta, de novo, sua importância, no conflito geracional e no próprio desajuste entre os sexos, embora não se tratem de problemas inéditos, objeto muito mais da exploração comercial-publlicitária, pouco interessada em transformá-los em forças criadoras.

Pois vem sendo crescentemente discutida a antítese entre "conflito" e "consenso" na Sociologia, estando Dahrendorf à frente dos que afirmam que "Os conflitos devem ser institucionalizados e não ocultos", dada a permanência da 'luta pela supremacia': "Kampf um Herrschaft", na expressão de Max Weber, onde a "supremacia" vê-se definida enquanto "a oportunidade de despertar obediência, de certas pessoas, a uma ordem de determinado conteúdo". (24)

As contraditórias energias seriam canalizadas, pelo seu próprio esforço seletivo de superação e construção.

Num Mundo em que as tensões com freqüência se desatam nihilisticamente, quando se constata que o "Anti-Establishment" também é dirigido por um *Establishment*, de novo ressurgue a importância do Pluralismo para a canalização das antíteses, rumo a convivências colaboradoras e não apenas indiferentes ou potencialmente hostis.

Eis o caminho para domar as elites, chamadas "agressivas" por Djacir Menezes. (25) Nada disto implicando no desprezo ou subestimação do fator solidariedade, no Desenvolvimento que pretenda tornar-se maduro. Sob pena de entrar em dolorosa rutura, até alcançar outro equilíbrio.

Pois "Liberdade" é conceito e fato inseparáveis de "Justiça": não se pode, não apenas não se deve, ser livre às custas dos outros, nem o explorando nem invocando a sua proteção. Os antigos romanos tinham tanta consciência disto, que sua justiça se destinava aos cidadãos, homens livres, e não aos escravos, considerados intermediários entre o animal e o Homem.

Nas palavras de Miguel Reale, a Pessoa é "valor-fonte da experiência ética". Seu princípio e seu fim. Completando os gregos distantes, escrevia o poeta nordestinamente brasileiro, João Cabral de Melo Neto :

"Podeis aprender que o Homem
é sempre a melhor medida
Mas: que a medida do Homem
não é a Morte mas a Vida." (26)

Este processo industrial, urbano, secular, pluralista e solidário, consoma-se planetariamente.

O Mundo inteiro reaproxima-se naquela "aldeia global", anunciada e enunciada por Marshall Mac Luhan. O Brasil não está ausente deste processo. Nele começou a entrar desde quando inaugurou suas primeiras estações de radiodifusão na vigésima década do século XX, seguidas pelas TV dos anos cinquenta e, a partir dos setenta, comunicando-se diretamente entre si, até os mais longínquos pontos do seu território, e com o Exterior, por intermédio dos artificiais satélites cósmicos.

Kostas Axelos chega a falar num "pensamento planetário", universalizando as discussões, embora não deixe de continuar fecundamente preso às suas origens do Passado, que lhe transmite a seiva inicial, enriquecida e nunca recriada pelas experiências seguintes. (27) Assim se condena à obsolescência quem ignorar a rapidez de transmissão dos debates, das dúvidas, dos desafios, tanto quanto das afirmações.

Com seu enorme território, sua população que atingirá centenas de milhões, seus recursos em ritmo de utilização, o Brasil principia a comparecer ao que o poeta espanhol chamava *el gran teatro el mundo*. E esta presença é industrial, urbana, secular, pluralista, solidária e planetária no seu conteúdo, dissemo-lo desde o início. Sua forma, no sentido unificadoramente criador de "Gestalt" psico-social, tem de ser nacional, do contrário não se consumará autêntica, legítima, inconfundível. Só assim trará sua contribuição específica às múltiplas combinações também tentadas por outros povos.

A hegemonia do europeu só começou a conciliar-se com a presença do índio através da árdua mediação missionária, depois glorificada um tanto ingênuamente pelo Romantismo. Mas o negro teve de esperar sua valorização por Nina Rodrigues, Artur Ramos, Gilberto Freyre, René Ribeiro, muito tempo depois. Ainda hoje a integração não se completou na síntese desejável, embora a caminho. Isto repercute na própria estrutura de distribuição da renda por classes sociais, segundo inúmeras pesquisas têm demonstrado, ao nível antropológico-econômico. Enquanto aqui nos limitamos a registrar seus desequilíbrios no plano horizontal das regiões e cidades.

A Nação poderá constituir-se, na sua plenitude, no momento em que sua integração econômica, horizontal e vertical, consumir-se, superando as mais profundas disparidades regionais e de classe. Coroando o acelerado incremento do Produto Nacional Bruto. A partir deste momento poderemos falar de um Povo que terá tomado o Destino em suas próprias mãos. Os sinais da sua marcha para a maturidade industrial, urbana, secular, pluralista, solidária e planetária começam a surgir no horizonte; não mais são ilusões.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1) Kurihara, Kenneth K., *The Keynesian Theory of Economic Development*, Columbia University Press, New York, 1959, pp. 22 e 23.
- 2) De Schumpeter vide, principalmente, a *Theoria der wirtschaftlichen Entwicklung (Eine Untersuchung ueber Unternehmergewinn, Kapital, Kredit, Zins und Konjunkturzyklus)*, Duncker & Humblot., 5a. ed., Berlin, 1952, pp. 96, 100 e 101.
Edward A. Carlin demonstrou muito bem o parentesco do inovador empresário schumpeteriano com o líder carismático segundo Max Weber, in "Schumpeter's constructed type", *Kyklos (Internationale Zeitschrift fuer Sozialwissenschaften)*, vol. IX, fasc. I, Basiléia, 1956, pp. 40, 28 e 34.
- 3) *Tratam-se dos Aufsaetze zur Soziologie*, J. C. B. (Paul Siebeck), Tuebingen, 1953. Onde ele chega à seguinte conclusão, entre outras: "Quando, enfim, se aprenderá a manejar o instrumento científico para perceber o que o vizinho realiza, e assim lavrar tranqüillamente a seara de cada um, em vez de agredi-lo?" causas principais e accidentaes da crise do mez de setembro de 1864, *Typomica do Brasil*, vol. 347 da coleção Brasileira da Cia. Edit. Nacional, São Paulo, 1970, principalmente nas pp. 328-332 e 360-366.
(Vide tb. Erich Schneider, "Schumpeter's early German Works", in *Schumpeter social scientist*, ensaios colligidos por E. Harris, Harvard University Press, 1951, p. 522).
- 4) Processo muito bem explicado por Celso Furtado in *Formação Econômica do Brasil*, Editora Fundo de Cultura, Rio/Gb, 1969, no cap. I da 1.a parte.
- 5) Vide o relatório da Comissão encarregada pelo Governo imperial por avisos de 1.º de outubro e 28 de dezembro de 1864, de proceder a um inquérito sobre as causas principais e accidentaes da crise do mez de setembro de 1864, *Typographia Nacional*, Rio de Janeiro, 1865, pp. 14 e 17.
- 6) Heltor Ferreira Lima demonstra-o muito bem na sua *História político-econômica do Brasil*, vol. 347 da coleção Brasileira da Cia. Edit. Nacional, São Paulo, 1970, principalmente nas pp. 328-332 e 360-366.
- 7) Meilo Franco, Afonso Arinos, *História do Banco do Brasil (Primeira fase: 1808-1835)*, Instituto de Economia da Associação Comercial e da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, p. 27. Infelizmente não saíram, ainda, os volumes seguintes, de modo que a única história abrangente, apesar as suas limitações, continua *O Banco do Brasil (Sua formação, seu engrandecimento, sua missão nacional)*, por Victor Viana, Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., Rio de Janeiro, 1926.
- 8) É o caso típico de Paul A. Samuelson, quando fala em sistema "misto" de instituições públicas e privadas (*Economics. An introductory analysis*, Mac-Hill, 7.a, ed., New York—Saint Louis—San Francisco—Toronto—Londres—Sidney, sem ref. ao ano, pp. 39-56).
- 9) Hanson Costa, Margaret, "Planejamento do setor público em países em Desenvolvimento, Reflexões em torno do livro *Development Finance, Planing and Control* de Ursula K Hicks", *Revista Brasileira de Economia*, Fundação Getúlio Vargas, ano XX, números 2 e 3, Rio/Guanabara, junho/setembro, 1966, pp. 56 e 59.
- 10) Cf., as "Contas nacionais" apud *Programa estratégico de Desenvolvimento (1938-1970) (Estudo especial. A indústria brasileira: diagnósticos e perspectivas)*, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Brasília, janeiro/1969, p. 72.
- 11) *Idem*, p. 119.
- 12) *Ibidem*, p. 127.
- 13) Compare-se, por exemplo, *Por que me ufano do meu país (com a epígrafe: "Rigth or wrong, my country"*, publicado no auge da belle époque), Laemmert, Rio de Janeiro, 1901, com o *Retrato do Brasil (Ensaio sobre a tristeza brasileira)*, aparecido nas vésperas do Great crash, D. P. & C., São Paulo, 1928.
- 14) *Programa estratégico*, ob. cit., p. 131.
- 15) *Censos demográficos de 1940, 1950 e 1960*, IBGE.
- 16) Munford em *Culture of cities*, Harcourt, New York, 1938, e Hoselitz em *Sociological aspects of economic growth*, The Free Press of Glencoe, New York, 1960.
- 17) Apud Cavalcanti de Albuquerque, Roberto, "Desenvolvimento industrial e distribuição da renda: a experiência brasileira", *Revista da Secretaria da Fazenda*, ano I, número 1, Recife, 1.º semestre/1970, p. 6.
- 18) Extraídos das "Contas Nacionais do Brasil — Atualização" e dos "Índices Econômicos Regionais", *Conjuntura Econômica*, Fundação Getúlio Vargas, volume 24, número 6, Rio/Guanabara, 1970. A taxa de paridade adotada foi a de 1967: US\$ 1.00 = Cr\$ 1.764.
- 19) "Contas Nacionais", *Conjuntura Econômica*, vol. XX, número 10, 1969, p. 68.
- 20) Cf. Dom Vital e a Questão Religiosa no Brasil e Conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil, edições da Imprensa Universitária, Recife, 1966 e 1970.
- 21) *Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império*, Typographia Imp. e Const. de J. Villeneuve e C., Rio de Janeiro, 1857, pp. 23-25.

- 22) Vide, por exemplo, os comentários de José Soriano de Souza ele próprio líder católico e defensor de Dom Vital: *Princípios geraes de Direito Público e Constitucional*, Casa Editora Empresa d'A Província, Recife, 1893, pp. 419-422. O mesmo autor pensava diversamente, quando propunha antes com o Senador Cândido Mendes de Almeida: "A religião do Estado. Por sua máxima importância este deve ser o primeiro artigo do programa catholico" (*Ensaio de programma para o Partido Catholico no Brasil por um Catholico Brasileiro*, Livraria Internacional de Ernesto e Eugénio Chardon, Porto/Braga, 1877, p. 21.
- 23) Apud Pereira, N., *Conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil*, ob. cit. p. 31.
- 24) Tentámos demonstrá-lo na "Introdução" à trad. brasileira do *Homo sociologicus*, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1969, "Sociologia e Liberalismo em Ralf Dahrendorf", onde apontamos as raízes e os parentescos destas posições.
- 25) No livro com o título mesmo de *As elites agressivas*, Organização Simões, Rio de Janeiro, 1953.
- 26) *Reale em Pluralismo e Liberdade*, Saraiva, São Paulo, 1963, pp. 70-74 e 174. "... o homem é o único ente em que originariamente é e deve ser, no qual "ser" e "dever ser" coincidem, cujo ser é seu dever ser" (tb. ref. nos *Fundamentos do Direito*, 1940, p. 304 e na *Filosofia do Direito*, 1962, p. 187 e segs.) Cabral no "Pregão turístico do Recife" *Jornal do Commercio* (Pe), 4 de março de 1956.
- 27) *Vers la pensée planétaire*, coleção "Arguments", Éditions de Minuit, Paris, 1964.